

Alerta Legislação nº 52, de 23 a 31 dez. 2024

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Casa Civil do Estado de São Paulo

Visite nosso endereço na Internet e conheça outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

DECRETO Nº 12.341, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024

Regulamenta a [Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014](#), para disciplinar o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública.

Governo do Estado de São Paulo

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.418, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024

Institui o Programa de Aposentadoria Incentivada para servidores efetivos ou estáveis da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - ALESP e dá outras providências.

DECRETO Nº 69.234, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024

Institui o novo Regulamento de Perícias Médicas e Saúde Ocupacional do Estado de São Paulo.

CASA CIVIL

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO INTERSECRETARIAL DA BONIFICAÇÃO POR RESULTADOS - BR Nº 2, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024

Define os indicadores globais, seus pesos, linhas de base e metas, critérios de apuração e avaliação, da periodicidade de avaliação e de pagamento, relativos às propostas de Bonificação por Resultados – BR das Secretarias de Estado, Procuradoria Geral do Estado, Controladoria Geral do Estado e das Autarquia para o exercício de 2023, e dá providências correlatas.

RESOLUÇÃO CC-32, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024

Dispõe sobre o valor do Índice Agregado de Cumprimento de Metas - IACM, relativo à Bonificação por Resultados - BR do exercício de 2023, para a Casa Civil e para o Fundo Social de São Paulo - FUSSP.

Prefeitura de São Paulo

LEI Nº 18.210, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024

(Projeto de Lei nº 427/22, do Executivo)

Dispõe sobre o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional no Município de São Paulo, institui o Auxílio Reencontro, a Vila Reencontro e cria o Fundo de Abastecimento Alimentar de São Paulo.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

D. O. U.

LEGISLAÇÃO SUPERIOR

29/12/2024
4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.285, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2024

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Pesca e Aquicultura, no valor de R\$ 553.261.047,00, para o fim que especifica.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.284, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2024

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; da Integração e do Desenvolvimento Regional; do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; e das Cidades; e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 357.443.320,00, para os fins que especifica.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.283, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2024

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, no valor de R\$ 168.268.040,00, para os fins que especifica.

24/12/2024
4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.282, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Cidades, no valor de R\$ 6.500.000.000,00, para o fim que especifica.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.281, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios de Minas e Energia, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, e de Portos e Aeroportos, no valor de R\$ 233.200.194,00, para os fins que especifica.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.280, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024

Prorroga o prazo para utilização do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica - Recine, constante da [Lei nº 13.594, de 5 de janeiro de 2018](#), e os benefícios fiscais previstos no art. 44 da [Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001](#), e nos art. 1º e art. 1º-A da [Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993](#).

DECRETO Nº 12.341, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024

Regulamenta a [Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014](#), para disciplinar o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública.

DECRETO Nº 12.340, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024

Altera o [Decreto nº 8.441, de 29 de abril de 2015](#), que dispõe sobre as restrições ao exercício de atividades profissionais aplicáveis aos representantes dos contribuintes no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e a gratificação de presença de que trata a [Lei nº 5.708, de 4 de outubro de 1971](#).

<p>23/12/2024</p>	<p><u>DECRETO Nº 12.337, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Dispõe sobre as adidâncias da Polícia Federal junto às representações diplomáticas brasileiras no exterior, e estabelece as regras e os procedimentos relativos à designação, à atuação e à retribuição de servidores da Polícia Federal em missão no exterior.</p> <p><u>DECRETO Nº 12.336, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Institui o Programa Nacional de Regularização de Embarcação de Pesca.</p>
<p>Atos do Congresso Nacional (CN)</p>	<p><u>EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 135</u> Altera os arts. 37, 163, 165, 212-A e 239 da Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADC T).</p> <p><u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 274, DE 2024 (*)</u> Aprova o texto do Protocolo Complementar sobre o Desenvolvimento Conjunto do CBERS-6 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China ao "Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China", assinado em Pequim, em 14 de abril de 2023.</p> <p><u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 273, DE 2024 (*)</u> Aprova os textos da Convenção entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Noruega para a Eliminação da Dupla Tributação em Relação aos Tributos sobre a Renda e a Prevenção da Evasão e da Elisão Fiscais e do seu Protocolo, assinados em Brasília, em 4 de novembro de 2022.</p> <p><u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 272, DE 2024 (*)</u> Aprova a renovação, por Troca de Notas, formalizada em 12 de dezembro de 2023 entre a Delegação Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), do Acordo de Sede entre a República Federativa do Brasil e a Organização Mundial de Propriedade Intelectual para a Criação de um Escritório de Coordenação dessa Organização no Brasil, assinado em 2 de outubro de 2009.</p>
<p>Atos do Poder Legislativo</p>	<p><u>LEI Nº 15.079, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Institui o Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no processo de adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária - Regras GloBE; e altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014.</p> <p><u>LEI Nº 15.078, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Altera a Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.</p> <p><u>LEI Nº 15.077, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Altera as Leis nºs 8.171, de 17 de janeiro de 1991 (Lei da Política Agrícola), 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), 14.601, de 19 de junho de 2023 (Lei do Programa Bolsa Família), e 14.995,</p>

[de 10 de outubro de 2024](#), para dispor sobre políticas públicas; e dá outras providências.

LEI Nº 15.076, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024

Altera as Leis nºs [13.999, de 18 de maio de 2020](#), e [12.087, de 11 de novembro de 2009](#), para assegurar que os recursos do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) sejam permanentes, e a [Lei nº 15.042, de 11 de dezembro de 2023](#), para dispor sobre o valor mínimo obrigatório a ser aplicado na aquisição de créditos de carbono pelas entidades que especifica.

LEI Nº 15.075, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024

Altera a [Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997](#), para autorizar a transferência de excedentes de conteúdo local entre contratos para exploração e produção de petróleo e gás natural vigentes; altera as Leis nºs [12.304, de 2 de agosto de 2010](#), [12.351, de 22 de dezembro de 2010](#), e [14.871, de 28 de maio de 2024](#); e revoga a [Medida Provisória nº 1.255, de 26 de agosto de 2024](#).

LEI Nº 15.074, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024

Regula o exercício da profissão de geofísico.

LEI Nº 15.073, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024

Altera a [Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008](#) (Lei Geral do Turismo), para prever sanções aos prestadores de serviços turísticos que cometerem infrações associadas à facilitação do turismo sexual.

LEI Nº 15.072, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024

Altera a [Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991](#) (Lei Orgânica da Seguridade Social), e a [Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991](#) (Lei de Benefícios da Previdência Social), para dispor sobre a condição de segurado especial dos associados em cooperativas.

LEI Nº 15.071, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024

Altera o [Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980](#), que trata da tributação simplificada das remessas postais internacionais, e a [Lei nº 14.902, de 27 de junho de 2024](#), que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Programa Mover).

LEI Nº 15.070, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024

Dispõe sobre a produção, a importação, a exportação, o registro, a comercialização, o uso, a inspeção, a fiscalização, a pesquisa, a experimentação, a embalagem, a rotulagem, a propaganda, o transporte, o armazenamento, as taxas, a prestação de serviços, a destinação de resíduos e embalagens e os incentivos à produção de bioinsumos para uso agrícola, pecuário, aquícola e florestal; e altera as [Leis nºs 14.785, de 27 de dezembro de 2023](#), [10.603, de 17 de dezembro de 2002](#), e [6.894, de 16 de dezembro de 1980](#).

LEI Nº 15.069, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024

Institui a Política Nacional de Cuidados.

LEI Nº 15.068, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024

Dispõe sobre os empreendimentos de economia solidária e a Política Nacional de Economia Solidária; cria o Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes); e altera a [Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002](#) (Código Civil).

	<p><u>LEI Nº 15.052, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Altera a Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024.</p> <p><u>LEI Nº 15.051, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Confere o título de Capital Nacional da Farinha de Mandioca ao Município de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre.</p> <p><u>LEI Nº 15.050, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Confere o título de Capital Nacional do Capim Dourado ao Município de Mateiros, no Estado do Tocantins.</p>
<p>MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</p>	<p>MARGINÁLIA FEDERAL</p>
<p>Presidência da República (PR)</p>	<p>ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU) <u>PORTARIA NORMATIVA AGU Nº 159, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Dispõe sobre a forma de atuação e acompanhamento de demandas judiciais caracterizadas como relevantes no âmbito da Advocacia-Geral da União.</p> <p>SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA <u>PORTARIA SRI/PR Nº 117, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Dispõe sobre procedimentos de acompanhamento, fiscalização, monitoramento e avaliação das parcerias celebradas com as organizações da sociedade civil e a instituição da Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação, no âmbito da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.</p>
<p>Ministério da Agricultura e Pecuária</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MAPA Nº 749, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Institui, no âmbito do Ministério da Agricultura e Pecuária, o Sistema de Certificação Sanitária e-Phyto para a certificação de produtos de origem vegetal.</p> <p><u>PORTARIA MAPA Nº 748, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Institui a Política de Gestão dos Termos de Execução Descentralizada celebrados no âmbito do Ministério da Agricultura e Pecuária.</p>
<p>Ministério da Educação</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1.209, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Divulga os resultados finais do Censo Escolar da Educação Básica de 2024.</p> <p><u>PORTARIA Nº 2, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Institui, no âmbito do Gabinete do Ministro de Estado da Educação, o Programa de Gestão e Desempenho para 2025 - PGD-GM 2025.</p> <p>FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) <u>PORTARIA Nº 1.141, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024</u></p>

	<p>Divulga o resultado da validação das inscrições das obras didáticas destinadas aos estudantes e professores das escolas do ensino médio, das redes federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal, no âmbito do Edital de Convocação nº 02/2024 - CGPLI (PNLD ENSINO MÉDIO - 2026 - 2029).</p> <p>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (SEB) <u>PORTARIA SEB/MEC Nº 95, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Institui a Rede Nacional de Articuladores do Programa Escola das Adolescências (Renapea) e dispõe sobre suas atribuições, sua composição e seu funcionamento.</p>
<p>Ministério da Fazenda</p>	<p>SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL <u>PORTARIA RFB Nº 501, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Institui o Programa de Reforma Tributária do Consumo - Programa RTC para implantação da reforma tributária de que trata a Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023.</p>
<p>Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos</p>	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA MGI Nº 9.783, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Divulga os dias de feriados nacionais e estabelece os dias de ponto facultativo no ano de 2025, para cumprimento pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.</p> <p><u>PORTARIA MGI Nº 9.682, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Institui o Comitê Consultivo da Estratégia Nacional de Governo Digital.</p> <p>ARQUIVO NACIONAL <u>PORTARIA AN/MGI Nº 204, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Aprova o Código de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.</p> <p>SECRETARIA DE GOVERNO DIGITAL <u>PORTARIA SPU/MGI Nº 9.758, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Aprova o Plano Anual de Fiscalização para 2025 - PAF 2025, que define metas e estratégias para a execução das fiscalizações nos imóveis da União localizados em todo território brasileiro.</p>
<p>Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MIDR/MF Nº 3, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Estabelece normas de estruturação e padronização dos procedimentos básicos para aprovação da participação financeira do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) em projetos, bem como dispõe sobre as informações necessárias à supervisão, ao acompanhamento, ao controle e à avaliação da aplicação destes recursos.</p>

<p>Ministério da Justiça e Segurança Pública</p>	<p>POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL <u>PORTARIA DG/PRF Nº 624, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Fomenta o Projeto Estratégico Aeromédico no âmbito da Polícia Rodoviária Federal.</p>
<p>Ministério da Pesca e Aquicultura</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MPA Nº 397, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Estabelece os procedimentos, os critérios e o cronograma para a execução do Programa Nacional de Regularização de Embarcação de Pesca - PROPESC.</p>
<p>Ministério da Saúde</p>	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA GM/MS Nº 6.325, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Aprova o Planejamento Estratégico do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde para o quadriênio 2024-2027.</p> <p><u>PORTARIA GM/MS Nº 6.324, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Estabelece a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - Rename 2024 no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da atualização do elenco de medicamentos e insumos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - Rename 2022.</p> <p>SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE <u>PORTARIA SAES/MS Nº 2.375, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Habilita, no âmbito da Política Nacional de Atenção Oftalmológica, estabelecimento de saúde para realização de Tratamento do Glaucoma com Medicamentos.</p> <p><u>PORTARIA SAES/MS Nº 2.373, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Habilita, no âmbito da Política Nacional de Atenção Oftalmológica, estabelecimento de saúde para realização de Tratamento do Glaucoma com Medicamentos.</p> <p>SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE (SGTES) <u>PORTARIA SGTES Nº 27, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Aprova a formalização da adesão dos entes municipais ao Programa de Valorização da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - ValorizaGTES-SUS e dispõe sobre o repasse dos valores referentes à segunda parcela do incentivo de custeio aos estados, municípios e ao Distrito Federal.</p>
<p>Ministério das Cidades</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MCID Nº 1.440, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Altera a Portaria nº 1.248, de 26 de setembro de 2023, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre limites de renda e participação financeira de beneficiários, subvenções e quitação das operações contratadas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), e das operações contratadas do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), integrantes do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), nos termos da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 34, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024</u></p>

	<p>Altera a Instrução Normativa nº 48, de 20 de dezembro de 2023, que dispõe sobre o orçamento operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente à área de Saneamento Básico, para o exercício 2024.</p>
<p>Ministério das Relações Exteriores</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MRE Nº 572, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Institui o Programa Guimarães Rosa de Apoio ao Estudante-Convênio, para estrangeiros vinculados ao Programa de Estudantes-Convênio - PEC.</p>
<p>Ministério de Minas e Energia</p>	<p>AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM <u>RESOLUÇÃO ANM Nº 193, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Consolida as especificações técnicas para o aproveitamento das águas minerais e potáveis de mesa e revoga os atos normativos consolidados.</p>
<p>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA CONJUNTA MDA/SG-PR Nº 6, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Institui o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural e o seu Comitê Gestor.</p>
<p>Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM/MDIC Nº 465, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Aprova o Orçamento-Programa da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos - Apex-Brasil para o ano de 2025.</p> <p><u>PORTARIA GM/MDIC Nº 464, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Aprova o Orçamento-Programa e o Plano de Ação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI para o ano de 2025.</p>
<p>Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima</p>	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA GM/MMA Nº 1.264, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Institui a Política de Dados Pessoais e Privacidade do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.</p> <p><u>PORTARIA GM/MMA Nº 1.256, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Institui a iniciativa de apoio à elaboração de Planos Municipais de Adaptação à Mudança do Clima - AdaptaCidades, com o objetivo de apoiar os estados e municípios no desenvolvimento de estratégias e planos locais ou regionais de adaptação à mudança do clima, no âmbito do Programa Cidades Verdes Resilientes.</p> <p>INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA <u>PORTARIA IBAMA Nº 180, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Estabelece a lista de espécies microbianas que não deverão constar na formulação de biorremediadores, agrotóxicos, produtos de controle ambiental ou afins, à base de agentes microbiológicos, para fins da avaliação ambiental realizada pelo Ibama.</p>

Ministério do Planejamento e Orçamento	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM)</p> <p><u>PORTARIA GM/MPO Nº 509, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo Federal, crédito suplementar no valor de R\$ 33.758.696,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p> <p><u>PORTARIA GM/MPO Nº 504, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito suplementar no valor de R\$ 3.420.958.776,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.</p> <p><u>PORTARIA GM/MPO Nº 489, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, dos Transportes, e do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, crédito suplementar no valor de R\$ 12.367.398.370,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p> <p><u>PORTARIA GM/MPO Nº 487, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, e do Esporte, crédito suplementar no valor de R\$ 5.028.324,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p> <p><u>PORTARIA GM/MPO Nº 485, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo Federal, de Encargos Financeiros da União, e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 1.272.115.933,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p> <p><u>PORTARIA GM/MPO Nº 482, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo Federal, crédito suplementar no valor de R\$ 964.517.114,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p> <p><u>PORTARIA GM/MPO Nº 480, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo Federal, crédito suplementar no valor de R\$ 445.385.495,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p> <p><u>PORTARIA GM/MPO Nº 476, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo Federal, de Encargos Financeiros da União, e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 804.759.229,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p> <p><u>PORTARIA GM/MPO Nº 473, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo Federal e de Operações Oficiais de</p>

	<p>Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 799.859.033,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p> <p><u>PORTARIA GM/MPO Nº 471, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo Federal e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 2.406.860.733,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p> <p>SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL <u>PORTARIA SOF/MPO Nº 503, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Modifica fontes de recursos constantes do Orçamento Fiscal da União, no âmbito dos Ministérios da Educação; e do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.</p>
Ministério do Turismo	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA MTUR Nº 53, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Institui o Planejamento Estratégico Institucional, com vigência de 2024 a 2027, no âmbito do Ministério do Turismo</p>
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	<p>CONSELHO FEDERAL DE BIOMEDICINA <u>RESOLUÇÃO Nº 389, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Conselho Federal de Biomedicina.</p> <p>CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA (CFFA) <u>RESOLUÇÃO CFFA Nº 753, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Dispõe sobre alterações no Código de Processo Disciplinar - CPD do Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia.</p>
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO O DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
30/12/2024	<p><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.419, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Reorganiza a Controladoria Geral do Estado, criada pela Lei Complementar n.º 1.361, de 21 de outubro de 2021, institui a carreira de Auditor Estadual de Controle, do Quadro da Controladoria Geral do Estado, e dá providências correlatas.</p> <p><u>LEI Nº 18.077, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Institui o Fundo de Defesa Estadual da Sanidade Animal para a Pecuária - FUNDESA-PEC, nos termos que especifica, e altera a Lei nº 15.266, de 26 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o tratamento tributário relativo às taxas no âmbito do Poder Executivo Estadual.</p> <p><u>LEI Nº 18.075, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Dispõe sobre a criação de serventia extrajudicial na Comarca de Bertioga.</p> <p><u>LEI Nº 18.074, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024</u></p>

([Projeto de lei nº 343/2024](#), do Deputado Dani Alonso – PL)
Institui a Política Estadual de Conscientização e Atenção Integral à Saúde das Mulheres no Climatério e na Menopausa e dá outras providências.

MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR

VETO TOTAL A PROJETO DE LEI Nº 102/2024, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024

São Paulo, na data da assinatura digital.

MENSAGEM A-Nº 117/2024

(...)

De iniciativa parlamentar, a propositura dispõe sobre a inclusão da economia do cuidado no sistema de contas estaduais, usado para aferição do desenvolvimento econômico e social do Estado para definição e implementação de políticas públicas.

(...)

VETO TOTAL A PROJETO DE LEI Nº 395/2024, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024

São Paulo, na data da assinatura digital.

MENSAGEM A-Nº 119/2024

(...)

De iniciativa parlamentar, a medida determina a prioridade no atendimento de pessoas com transtorno do espectro autista (TEA), devendo os estabelecimentos públicos e privados no Estado inserir o símbolo mundial de conscientização nas placas de atendimento prioritário (artigo 1º). Disciplina ainda os requisitos que a pessoa com TEA deve observar para fazer jus ao atendimento preferencial (artigo 3º) e determina a forma de comunicação visual nos estabelecimentos públicos e privados (artigo 3º). Por fim, o artigo 4º dispõe sobre o valor da multa a ser aplicada para a hipótese de descumprimento da lei.

(...)

VETO TOTAL A PROJETO DE LEI Nº 426/2021, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024

São Paulo, na data da assinatura digital.

MENSAGEM A-Nº 112/2024

(...)

De origem parlamentar, o projeto determina a validade dos acordos, parcerias, termos de adesão e outras formas de pactuação realizadas entre os municípios do Estado, independentemente da criação de região metropolitana, em especial aqueles que se referem à área da saúde.

(...)

VETO TOTAL A PROJETO DE LEI Nº 624/2023, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024

São Paulo, na data da assinatura digital.

MENSAGEM A-Nº 115/2024

(...)

De iniciativa parlamentar, a proposta estabelece a obrigatoriedade de retenção mensal, do valor faturado por empresas contratadas pelo Poder Público para prestar serviços de forma contínua, de percentual equivalente às provisões de encargos trabalhistas relativos a férias, abono de férias, décimo terceiro salário, multa sobre o valor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço por dispensa sem justa causa, bem como respectivos reflexos previdenciários, sociais e referentes ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (artigos 2º e 3º). Ainda segundo a propositura, a esse valor deve ser acrescido o lucro proposto pela contratada (artigo 5º).

(...)

VETO TOTAL A PROJETO DE LEI Nº 714/2023, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024

São Paulo, na data da assinatura digital.

MENSAGEM A-Nº 116/2024

(...)

De iniciativa parlamentar, a propositura institui prazo de validade indeterminado ao laudo médico pericial que atestar deficiência de caráter permanente, para fins de obtenção de benefícios previstos na legislação estadual atribuídos às pessoas com deficiência ("caput" do artigo 1º).

(...)

VETO TOTAL A PROJETO DE LEI Nº 835/2019, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024

São Paulo, na data da assinatura digital.

MENSAGEM A-Nº 111/2024

(...)

De iniciativa parlamentar, a medida proíbe que os estabelecimentos nela indicados – cinemas, teatros, parques de diversões, eventos esportivos ou de entretenimento em geral – impeçam a entrada de alimentos ou bebidas não alcoólicas, trazidas pelo consumidor para consumo próprio (artigo 1º), remetendo as eventuais infrações a esse dispositivo às sanções previstas na [Lei federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) – Código de Defesa do Consumidor (artigo 2º). O artigo 3º prevê que a regulamentação da nova lei definirá o detalhamento técnico de sua execução, enquanto os dispositivos finais cuidam da cláusula financeira e da cláusula de vigência.

(...)

VETO TOTAL A PROJETO DE LEI Nº 885/2021, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024

São Paulo, na data da assinatura digital.

MENSAGEM A-Nº 114/2024

(...)

De origem parlamentar, o projeto obriga as operadoras de planos de assistência à saúde reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS a informar ao consumidor, na fatura de cobrança, em porcentagem e de forma pormenorizada, os itens que compõem o valor da contraprestação financeira (artigo 1º), bem como veda que as operadoras de planos de assistência à saúde reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS recusem-se em ofertar a venda de seus planos de saúde, aos consumidores pessoas físicas, pelos mesmos preços aplicados aos consumidores já atendidos (artigo 2º).

(...)

VETO PARCIAL A PROJETO DE LEI Nº 343/2024, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024

São Paulo, na data da assinatura digital.

MENSAGEM A-Nº 118/2024

(...)

De iniciativa parlamentar, a proposição "institui a Política Estadual de Conscientização e Atenção Integral à Saúde das Mulheres no Climatério e na Menopausa e dá outras providências".

(...)

VETO PARCIAL A PROJETO DE LEI Nº 470/2021, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024

São Paulo, na data da assinatura digital.

MENSAGEM A-Nº 113/2024

	<p>(...) De iniciativa parlamentar, a medida objetiva incluir, no Calendário Oficial de Eventos do Estado, o Festival de Inverno de Mogi Mirim (FESTIMM). (...)</p> <p><u>DECRETO Nº 69.269, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS.</p> <p><u>DECRETO Nº 69.268, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS.</p> <p><u>DECRETO Nº 69.267, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Altera o Decreto nº 66.564, de 15 de março de 2022, que regulamenta a Lei nº 17.389, de 28 de julho de 2021, que proíbe a queima, a soltura, a comercialização, o armazenamento e o transporte de fogos de artifício de estampido no Estado de São Paulo e institui o Grupo de Trabalho Intersecretarial com o objetivo de estudar e propor ações que visem a aperfeiçoar o cumprimento das finalidades pretendidas pela Lei nº 17.389, de 28 de julho de 2021.</p>
<p>27/12/2024 4</p>	<p><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.418, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Institui o Programa de Aposentadoria Incentivada para servidores efetivos ou estáveis da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - ALESP e dá outras providências.</p> <p><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.417, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Altera a Lei Complementar nº 1.402, de 19 de junho de 2024. (...) Artigo 1º - O parágrafo 1º do artigo 3º da Lei Complementar nº 1.402, de 19 de junho de 2024 passa a vigorar com a seguinte redação: "§ 1º - O Adicional de Qualificação não será concedido ao servidor quando o nível de escolaridade do curso constituir requisito para ingresso no cargo efetivo, ou, ainda, quando constitua requisito para nomeação em cargo em comissão que o servidor efetivo ocupe, ou que venha a ocupar, situação na qual não fará jus à percepção do Adicional. (NR)" (...)</p>
<p>26/12/2024 4</p>	<p><u>LEI Nº 18.071, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024</u> (Projeto de lei nº 400/2024, do Deputado Tomé Abduch - REPUBLICANOS) Dispõe sobre a tramitação prioritária dos processos administrativos para pessoas com deficiência, doença rara ou câncer.</p> <p><u>LEI Nº 18.070, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024</u> (Projeto de lei nº 348/2024, do Deputado Caio França - PSB) Institui, no Calendário Oficial do Estado, o "Dia do Procurador".</p> <p><u>LEI Nº 18.069, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024</u> (Projeto de lei nº 339/2024, dos Deputados André Bueno - PL e Gil Diniz - PL) Autoriza o Poder Executivo a criar o Protocolo de Combate à Intimidação Sistemática (<i>bullying</i>) e dá providências correlatas.</p> <p>MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR</p>

VETO TOTAL A PROJETO DE LEI Nº 526/2024, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024

São Paulo, 23 de dezembro de 2024.

MENSAGEM A-Nº 110/2024

(...)

De iniciativa parlamentar, a proposição autoriza o Poder Executivo a criar programa de empregabilidade de mulheres em condições de vulnerabilidade social.

(...)

VETO PARCIAL A PROJETO DE LEI Nº 339/2024, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024

São Paulo, 23 de dezembro de 2024.

MENSAGEM A-Nº 109/2024

(...)

De iniciativa parlamentar, a medida busca autorizar o Poder Executivo a criar um Protocolo de Combate à Intimidação Sistemática ("bullying"), com o objetivo de propiciar o acolhimento humanizado e eficaz da criança e do adolescente vítima de "bullying", violência psicológica, moral e cibernética no ambiente escolar da rede estadual de ensino do Estado de São Paulo (artigo 1º) e dá providências correlatas.

(...)

DECRETO Nº 69.241, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024

Cria, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, o Hospital Estadual Alto Noroeste.

DECRETO Nº 69.240, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024

Dispõe sobre a criação de unidade escolar na Secretaria da Educação e dá providências correlatas

DECRETO Nº 69.234, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024

Institui o novo Regulamento de Perícias Médicas e Saúde Ocupacional do Estado de São Paulo.

DECRETO Nº 69.233, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024

Dispõe sobre o compartilhamento de dados e informações de licitações e contratações realizadas pela Administração Pública estadual com o Sistema de Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos – AUDESP, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

DECRETO Nº 69.232, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024

Transfere os cargos que especifica e dá providências correlatas.

DECRETO Nº 69.231, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024

Cria, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, o Hospital Estadual do Alto Paranapanema.

DECRETO Nº 69.230, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024

Altera o [Decreto nº 69.052, de 14 de novembro de 2024](#), que Aprova a Estrutura Organizacional e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria de Gestão e Governo Digital.

DECRETO Nº 69.229, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024

Aprova a Estrutura Organizacional e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da São Paulo Previdência - SPPREV

	<p><u>DECRETO Nº 69.228, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Aprova a Estrutura Organizacional e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria da Administração Penitenciária.</p> <p><u>DECRETO Nº 69.209, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Ratifica convênios celebrados nos termos da Lei Complementar federal nº 24, de 7 de janeiro de 1975.</p> <p><u>DECRETO Nº 69.208, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS.</p> <p><u>DECRETO Nº 69.207, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS.</p> <p><u>DECRETO Nº 69.206, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Dispõe sobre a possibilidade de contribuintes que exercem a atividade de comércio varejista parcelarem o ICMS devido pelas saídas de mercadorias promovidas em dezembro de 2024.</p>
<p>SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO</p>	<p>MARGINÁLIA ESTADUAL</p>
<p>Secretaria da Administração Penitenciária (SAP)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAP Nº 129, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Aprova o detalhamento da Estrutura Organizacional da Secretaria da Administração Penitenciária</p> <p><u>RESOLUÇÃO SAP Nº 128, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Estabelece a estrutura organizacional e define as competências e atribuições das unidades administrativas de Nível 1 a 13, da Polícia Penal do Estado de São Paulo.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SAP N.º 125/2024</u> Aprova e institui o Plano Estadual pelo Trabalho e Renda no Sistema Prisional do Estado de São Paulo (2024-2026).</p>
<p>Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>PORTARIA MAPA Nº 745, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Institui o Programa e a Plataforma Agro Brasil + Sustentável que dispõe sobre a qualificação da produção agropecuária nacional.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SAA Nº 88</u> Dispõe sobre a implementação do Programa Estadual de Incentivo ao Cultivo de <i>Coffea canephora</i> no Estado de São Paulo e dá outras providências.</p>

<p>Casa Civil (CC)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO INTERSECRETARIAL DA BONIFICAÇÃO POR RESULTADOS - BR Nº 2, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Define os indicadores globais, seus pesos, linhas de base e metas, critérios de apuração e avaliação, da periodicidade de avaliação e de pagamento, relativos às propostas de Bonificação por Resultados – BR das Secretarias de Estado, Procuradoria Geral do Estado, Controladoria Geral do Estado e das Autarquia para o exercício de 2023, e dá providências correlatas.</p> <p><u>RESOLUÇÃO CC-32, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Dispõe sobre o valor do Índice Agregado de Cumprimento de Metas - IACM, relativo à Bonificação por Resultados - BR do exercício de 2023, para a Casa Civil e para o Fundo Social de São Paulo - FUSSP.</p>
<p>Controladoria Geral do Estado (CGE)</p>	<p>GABINETE DO CONTROLADOR GERAL DO ESTADO <u>RESOLUÇÃO CGE Nº 19, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Dispõe sobre o valor do Índice Agregado de Cumprimento de Metas - IACM, relativo à Bonificação por Resultados - BR do exercício de 2023, para a Controladoria Geral do Estado.</p>
<p>Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SDE Nº 41/2024</u> Institui Comissão de Monitoramento e Avaliação para acompanhamento da execução de parceria entre o Estado de São Paulo, por intermédio desta Secretaria de Desenvolvimento Econômico, e a Associação Paulista de Apoio aos Trabalhadores Desempregados.</p>
<p>Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDS - 39 DE 27/12/2024</u> Estabelece normas complementares às regulamentações de funcionamento dos Restaurantes Populares.</p>
<p>Secretaria da Educação (SEDUC)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 120, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Altera o artigo 1º e o anexo da Resolução SE 13, de 24-01-2020, que dispõe sobre o reajuste no repasse de valores para transporte de alunos com Transtorno do Espectro Autista - TEA, em função do reajuste anual.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SEDUC N. 119, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024</u> O Secretário do Estado da Educação, à vista do que lhe apresentou a Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos – CGRH, Resolve: Artigo 1º - O o § 8º do artigo 10 da Resolução SEDUC nº 60, de 11 de setembro de 2024, que passa a vigorar com a seguinte redação: "§ 8º – O docente ingressante no Programa Ensino Integral (PEI) não poderá cessar sua participação no programa e se transferir para escola de tempo parcial durante o primeiro ano do estágio probatório. (...)"</p> <p><u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 118, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024</u></p>

	<p>Institui o Projeto Desafios do Mundo Real para turmas do Ensino Médio, que visa promover a curiosidade intelectual e a habilidade de resolução de problemas utilizando conhecimentos das diferentes áreas</p>
<p>Secretaria de Esportes (SESP)</p>	<p>GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO Nº 19 DE 12/12/2024</u> Revoga a Resolução SESP nº 16, de 27 de junho de 2019, e aprova normas disciplinadoras de organização e funcionamento do “Programa Bolsa Talento Esportivo”, a que alude a Lei Estadual nº 13.556, de 09 de junho de 2009, no âmbito da Secretaria de Esportes do Estado de São Paulo, e dá outras providências.</p> <p><u>NOTA TÉCNICA DE APURAÇÃO DOS INDICADORES DA BONIFICAÇÃO POR RESULTADOS - BR SECRETARIA DE ESPORTES - SESP EXERCÍCIO 2023</u> O Gabinete da Secretaria de Esportes, atendendo a previsão da Lei Complementar nº 1.361, de 21/10/2021, do Decreto nº 66.772, de 24/05/2022 e da Deliberação da Comissão Intersecretarial da Bonificação por Resultados – BR nº 1, de 9 de dezembro de 2024, procedeu à apuração dos resultados dos indicadores aprovados pela Comissão Intersecretarial para o exercício de 2023.</p>
<p>Secretaria da Fazenda e Planejamento (SFP)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SFP-45, DE 26-12-2024</u> Divulga os índices percentuais para fins de rateio do valor arrecadado a título de Contribuição de Solidariedade às Santas Casas de Misericórdia, relativamente ao exercício de 2025, conforme previsto no Decreto nº 46.700, de 19 de abril de 2002</p> <p>SUBSECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL <u>PORTARIA SRE 94, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Disciplina a concessão de isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, prevista nos artigos 4º e 5º das Disposições Transitórias da Lei nº 13.296, de 23 de dezembro de 2008.</p> <p><u>COMUNICADO SRE 16, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024</u> (...) AGENDA TRIBUTÁRIA PAULISTA Nº 425 MÊS DE JANEIRO DE 2025 (...)</p> <p><u>COMUNICADO SRE 15, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024 - REPUBLICAÇÃO</u> Divulga os valores em reais da Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos e da Taxa de Defesa Agropecuária para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025.</p> <p>–Diretoria De Atendimento, Gestão E Conformidade <u>COMUNICADO DIGES Nº 14, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Dispõe sobre o sorteio de prêmios no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo.</p> <p>SUBSECRETARIA DO TESOUREO ESTADUAL <u>COMUNICADO Nº 00029 DE 23-12-2024</u></p>

	<p>A Secretaria da Fazenda e Planejamento comunica a compensação dos valores repassados pelo Estado de São Paulo aos Municípios por força de decisão judicial que superaram o valor previsto no § 1º do art. 6º da Lei Complementar nº 201, de 24 de outubro de 2023, com os repasses vincendos da cota municipal de ICMS, corresponde aos valores constantes na tabela anexa a este comunicado. ANEXO Compensação dos Municípios das perdas de arrecadação do ICMS prevista no art. 11 da LC 201/2023</p>
<p>Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SGGD Nº 41, DE 27-12-2024</u> Estabelece os procedimentos para a concessão do Adicional de Insalubridade, nos termos dos artigos 63 e seguintes do Decreto nº 69.234, de 23 de dezembro de 2024, que regulamenta as Perícias Médicas e a Saúde Ocupacional no Estado.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SGGD Nº 40, DE 27-12-2024</u> Estabelece os procedimentos para solicitação de licenças médicas previstas nos artigos 15 e 18 do Decreto nº 69.234, de 23 de dezembro de 2024, que regulamenta as Perícias Médicas e a Saúde Ocupacional no Estado.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SGGD Nº 39, DE 27-12-2024</u> Estabelece diretrizes para o funcionamento da Central de Compras da Subsecretaria de Gestão</p> <p><u>RESOLUÇÃO SGGD Nº 38, DE 27-12-2024</u> Estabelece diretrizes para o funcionamento do Laboratório de Inovação em Logística Pública</p> <p><u>RESOLUÇÃO SGGD Nº 37, DE 23-12-2024</u> Aprova o detalhamento da Estrutura Organizacional da Secretaria de Gestão e Governo Digital</p> <p>DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN) <u>PORTARIA NORMATIVA DETRAN-SP Nº 37, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2024 - RETIFICAÇÃO</u> Aprova o Regimento Interno do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo. <i>Retificação: Publicada no Diário Oficial do Estado de 12 de dezembro de 2024</i></p> <p>UNIDADE DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO (UAPESP) <u>PORTARIA UAPESP Nº 02/2024</u> Institui o Programa Presença Negra no Arquivo Público do Estado de São Paulo</p>
<p>Secretaria da Justiça e Cidadania (SJC)</p>	<p>INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (IPEM) <u>PORTARIA IPEM-SP N.º 157/2024 - RETIFICAÇÃO</u> Retificar Anexo da PORTARIA IPEM-SP N.º 157/2024, Quadro geral para verificação metrológica periódica anual de taxímetros - Exercício de 2025 (...)</p> <p><u>PORTARIA IPEM-SP N.º 157/2024</u> (...)</p>

	<p>Artigo 1º - ESTABELECE o QUADRO GERAL PARA VERIFICAÇÃO METROLÓGICA PERIÓDICA ANUAL (ANEXO) dos taxímetros instalados nos automóveis de aluguel para o transporte de passageiros dos MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SP referente ao exercício de 2025. (...)</p>
<p>SECRETARIA DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>DELIBERAÇÃO FUMEFI 2/2024, DE 18/12/2024.</u> APROVA O PLANO DE APLICAÇÃO FUMEFI/2024. (...) Artigo 1º - Fica aprovado o Plano de Aplicação FUMEFI/2024, na conformidade do Anexo I, beneficiando 11 Municípios e contemplando os projetos especificados, no valor total bruto de R\$ 59.000.000,00 - orçamento do exercício de 2024. (...)</p>
<p>Secretaria da Saúde (SS)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO Nº 302, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Estabelece a transferência de recursos financeiros decorrentes da arrecadação referente a contribuição de solidariedade para as Santas Casas de Misericórdia, estabelecidas no território do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.</p>
<p>Secretaria da Segurança Pública (SSP)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SSP/SAP Nº 04/2024</u> Suspende as Resoluções Conjuntas SSP/SAP nº 2 de 12 de março de 2024 e nº 3 de 21 de junho de 2024, que disciplinavam os procedimentos sobre atribuição das Secretarias da Segurança Pública e da Administração Penitenciária previstos na Portaria Conjunta nº 2/2019 do Departamento Estadual de Execuções Criminais do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (DEECRIM) e Comunicado da Corregedoria Geral de Justiça nº 2642/2021 até a definição dos procedimentos policiais necessários para operacionalização do novo rito previsto no Comunicado Conjunto nº 1.100/2024 da Presidência e Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo</p>
<p>Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO STM Nº 059, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Reajuste Tarifário: Sistema Metroferroviário. <u>RESOLUÇÃO STM Nº 058, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Aprova o reajuste tarifário do Serviço Metropolitano de Transporte Coletivo Regular de Passageiro, por Ônibus, da Região Metropolitana de Campinas (Serviços Comum e Seletivo) – Zona de Operação. <u>RESOLUÇÃO STM Nº 057, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Aprova o reajuste tarifário dos Serviços Metropolitanos de Transporte Coletivo Regular de Passageiros, por Ônibus, na Região Metropolitana de São Paulo – RMSP (Serviços Comum e Seletivo) – Zona de Operação. <u>RESOLUÇÃO STM Nº 056, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024</u> (...)</p>

Artigo 1º- Aprovar o reajuste das tarifas relativas aos Serviços Metropolitanos de Transporte Coletivo Regular de Passageiros, por Ônibus, da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (Serviços Comum e Seletivo), no que se refere às linhas cujas permissões tenham sido outorgadas pelo Poder Público Estadual, na seguinte conformidade:
(...)

RESOLUÇÃO STM Nº 055, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024

(...)

Artigo 1º - Aprovar o reajuste das tarifas de integração entre os atendimentos metropolitanos C-012TRO-000-R – Embu-Guaçu (Cipó) – São Paulo (Terminal Grajaú) e C-226TRO-000-R – Embu-Guaçu (Chácara Flórida) – São Paulo (Terminal Grajaú), via Embu-Guaçu (Cipó e Granjinha), operados pelo Consórcio Intervias, sob gestão da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A – EMTU/SP e o conjunto de linhas municipais de São Paulo, gerenciadas pela São Paulo Transporte S/A - SPTrans, que ocupam o Terminal de Ônibus Urbano Grajaú, na seguinte conformidade:

(...)

RESOLUÇÃO STM Nº 054, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024

(...)

Artigo 1º.- Aprovar, para as linhas metropolitanas que utilizam o Terminal Rodoviário Carvalho Pinto (Tietê), a Taxa de Embarque no valor de R\$ 2,30 (dois reais e trinta centavos).

(...)

RESOLUÇÃO STM Nº 053, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024

Aprova o reajuste dos valores mensais cobrados, por tipo de tecnologia, dos veículos cadastrados na EMTU/SP, a título de gerenciamento – Região Metropolitana de Sorocaba.

RESOLUÇÃO STM Nº 052, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024

Aprova o reajuste dos valores mensais cobrados, por tipo de tecnologia, dos veículos cadastrados na EMTU/SP, a título de gerenciamento das Regiões Metropolitanas do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

RESOLUÇÃO STM Nº 051, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024

(...)

Artigo 1º.- Aprovar o reajuste do Preço Público de Utilização de Terminais, nos terminais operados pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A – EMTU/SP, a ser cobrado das operadoras, concessionárias, permissionárias, contratadas, conveniadas ou autônomas, autorizadas a utilizarem os terminais metropolitanos, de acordo com a tabela de equivalência contida no Anexo a resolução.

(...)

RESOLUÇÃO STM Nº 050, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024

Aprova o reajuste dos valores mensais cobrados, por tipo de tecnologia, dos veículos cadastrados na EMTU/SP, a título de gerenciamento – do Sistema ORCA – Operadores Regionais de Coletivos Autônomos e dos integrantes da Reserva Técnica Operacional do Poder Concedente da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP.

RESOLUÇÃO STM Nº 049, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024

(...)

Artigo 1º-Aprovar o reajuste das tarifas de integração envolvendo atendimentos do Serviço Metropolitano de Transporte Coletivo Regular de

Passageiros, por Ônibus, da Região Metropolitana de São Paulo, gerenciados pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A – EMTU/SP com as linhas municipais de São Paulo, gerenciadas pela São Paulo Transporte S/A – SPTrans, no Terminal Sacomã, na seguinte conformidade:

(...)

RESOLUÇÃO STM Nº 048, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024

(...)

Artigo 1º.- Aprovar a grade tarifária de integração do Sistema Metroviário – Linha 5-Lilás com os Serviços Metropolitanos de Transporte Coletivo Regular de Passageiros, por Ônibus, da Região Metropolitana de São Paulo, na seguinte conformidade:

(...)

RESOLUÇÃO STM Nº 047, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024

Aprova o reajuste tarifário da integração física e tarifária envolvendo atendimentos metropolitanos do Serviço Metropolitano de Transporte Coletivo Regular de Passageiros, por Ônibus, da Região Metropolitana de São Paulo – Região Sudeste (Área Remanescente), gerenciados pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A – EMTU/SP, com o Sistema Metroferroviário.

RESOLUÇÃO STM Nº 046, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024

(...)

Artigo 1º - Aprovar o reajuste das tarifas relativas aos Serviços Metropolitanos de Transporte Coletivo Regular de Passageiros, por Ônibus, da Região Metropolitana de Sorocaba (Serviços Comum e Seletivo), no que se refere às linhas cujas permissões tenham sido outorgadas pelo Poder Público Estadual, na seguinte conformidade:

(...)

RESOLUÇÃO STM Nº 045, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024

(...)

Artigo 1º - Aprovar o reajuste das tarifas relativas ao Corredor Metropolitano de Trólebus São Mateus/Jabaquara, na seguinte conformidade:

(...)

RESOLUÇÃO STM Nº 044, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024

(...)

Artigo 1º - Aprovar o reajuste das tarifas relativas ao Serviço Metropolitano de Transporte Coletivo Regular de Passageiro, por Ônibus, da Região Metropolitana de Campinas, conforme Cláusulas Nona – DO VALOR DO CONTRATO E DO SEU REAJUSTE E DÉCIMA – DA TARIFA E DO SEU REAJUSTE, na seguinte conformidade:

(...)

RESOLUÇÃO STM Nº 043, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024

(...)

Artigo 1º -Aprovar o reajuste da tarifa para o modo Veículo Leve sobre Trilhos – VLT, no âmbito do Contrato de Concessão Patrocinada do Sistema Integrado Metropolitano da Região Metropolitana da Baixada Santista (SIM-RMBS), Cláusula 13ª. – Da Tarifa e Receita Tarifária e Cláusula 16ª. – do Reajuste da Tarifa, para R\$ 5,35 (cinco reais e trinta e cinco centavos) e a tarifa integrada com o Sistema Municipal para R\$ 5,75 (cinco reais e oitenta centavos)

(...)

	<p><u>RESOLUÇÃO STM Nº 042, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024</u> (...) Artigo 1º - Aprovar o reajuste das tarifas relativas às Linhas Seletivas Especiais Expressas Guarulhos (Aeroporto Internacional de São Paulo) - São Paulo (Aeroporto de Congonhas), Guarulhos (Aeroporto Internacional de São Paulo) - São Paulo (Circuito dos Hotéis) e Guarulhos (Aeroporto Internacional de São Paulo) - São Paulo (Terminal Rodoviário Barra Funda) via Terminal Rodoviário Tietê, conforme Cláusulas 22 – DA TARIFA, do seu reajuste e revisão e 23 – DO REAJUSTE E DA REVISÃO CONTRATUAL, do Contrato de Concessão nº EMTU/034/2006 (Área 3). (...)</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 041, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024</u> (...) Artigo 1º - Aprovar o reajuste das tarifas relativas aos Serviços Metropolitanos de Transporte Coletivo Regular, por Ônibus, na Região Metropolitana de São Paulo, conforme Cláusulas 22ª. – Da Tarifa, do seu Reajuste e Revisão, e 23ª. – Do Reajuste e da Revisão Contratual, dos Contratos de Concessão nºs EMTU/032/2006 (Área 1), EMTU/033/2006 (Área 2), EMTU/034/2006 (Área 3), EMTU/040/2006 (Área 4) e Aditivo nº 13/2019 ao Contrato EMTU/020/1997 (Região Sudeste da RMSP – Área Remanescente), na seguinte conformidade: (...)</p>
Universidade e Estadual de Campinas (UNICAMP)	<p>REITORIA <u>RESOLUÇÃO GR UNICAMP Nº 54/2024, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024</u> Dispõe sobre os valores do Auxílio Educação Especial e do Auxílio Criança.</p>
Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
De 23 a 31/12/2024	<i>(Não houve publicações)</i>
Publicação TCE	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)
De 23 a 31/12/2024	<i>(Não houve publicações)</i>
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
27/12/2024	<p><u>LEI Nº 18.210, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024</u> (Projeto de Lei nº 427/22, do Executivo) Dispõe sobre o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional no Município de São Paulo, institui o Auxílio Reencontro, a Vila Reencontro e cria o Fundo de Abastecimento Alimentar de São Paulo.</p>

--	--

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Alexandre José Freitas Rocha Cavalcanti
ajrcavalcanti@sp.gov.br

Edson Prates
eprates@sp.gov.br

Casa Civil - Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8107 e 2193-8144

bibjur@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>